REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 4, n. 2, jan-jul. 2018.
Missões

POLÍTICAS DA LÍNGUA E COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DO MULTILINGUISMO NO ESPAÇO LUSÓFONO DE CONHECIMENTO

LANGUAGE POLICIES AND SCIENCE COMMUNICATION: THE IMPORTANCE OF MULTILINGUALISM IN THE LUSOPHONE KNOWLEDGE WORLD

Anabela Gradim[1]

Resumo: Neste trabalho refletimos sobre a infra-estrutura sócio-linguística que constitui condição de possibilidade da produção e comunicação de ciência, e como na naturalização de políticas da língua em torno da Ciência se encontram inscritas estruturas de poder tanto mais eficientes quanto tendem à invisibilidade relativamente aos sujeitos que as adotam. A discussão parte da tematização de Bourdieu da economia das trocas linguísticas, e da análise das estruturas sociais de poder de Foucault. Pensando a ciência como constructo social na senda de Merton, Kuhn e Latour, defende-se a sua permeabilidade face às duas categorias anteriores e uma monitorização mais atenta das suas consequências, favorecendo a diversidade linguística.

Palavras-chave: Comunicação de ciência, publicação académica, políticas da língua, lusofonia.

Abstract: In this paper we reflect on the socio-linguistic infrastructure that is a pre-condition of the production and communication of science, and as in the naturalization of language policies around Science are inscribed power structures that tend to be invisible to subjects who adopt them. The discussion departs from Bourdieu's thematization of the economy of linguistic exchanges, and from the analysis of Foucault's social power structures. Understanding science as a social construct with Merton, Kuhn and Latour, we defend its permeability to the two previous categories and a closer monitoring of its consequences, favoring linguistic diversity.

Keywords: Science communication, academic publication, language policy, Lusophony.

INTRODUÇÃO

Já em 1967 Eugene Garfield previa que o inglês seria a língua internacional de ciência (Garfield, 1967), argumentando, entre outras vantagens, que a aceleração dessa dominância permitiria o acesso ilimitado à literatura científica, independentemente da sua origem linguística, aumentaria a sua legibilidade, diminuindo os custos de publicação e "encorajando maiores audiências entre os cientistas de todo o mundo que aceitaram o inglês como língua internacional de ciência"(*idem*, p. 20). Hoje a base de dados de literatura científica[2] que

[1] Professora do Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior (UBI/Portugal). É pesquisadora do Labcom e coordena o Grupo de Comunicação e Media. É autora de livros, artigos e capítulos sobre Jornalismo, Comunicação de Ciência e Novos Media. Email: anabela.gradim@labcom.ubi.pt

[2]. ISI – Institute for Scientific Information, mais tarde mudando de nome para WoS - Web of Science, quando passou a ser propriedade da Thomson Reuters em 1992.

Garfield fundou há perto de 60 anos confirma-o: a ciência tende cada vez mais para o monolinguismo. Numerosos estudos, mesmo discordando quanto às causas, vantagens, desvantagens, e desfecho do fenómeno, confirmam a predominância do inglês como língua de ciência (Ortiz, 2004; De Pina Cabral, 2007; Meneghini e Packer, 2007; Ostler, 2010; Van Weijen, 2012; Gradim e Morais, 2016a) (De Swaan, 1993; Bordons e Gómez, 2004; Hamel, 2005; 2007; Meneghini e Packer, 2007; Castro, 2009).

Ora este desenvolvimento não era propriamente óbvio em meados dos anos 50, diz David Crystal (2003), para quem a evolução para a hegemonia em torno do inglês[3], hoje um fenómeno "imparável", se deveu a uma pluralidade de factores, entre os quais geo-históricos (que explicam a sua ascensão) e sócio-culturais (que explicam a sua manutenção).

Reconhecendo as vantagens de uma língua instrumental para a produção e comunicação de ciência, tal não significa que a língua empregue seja neutra ou imparcial, como se fora um dado *a priori* pertencente à natureza das coisas. A linguagem é um sistema de poder, definido como "a capacidade estrutural de um ator social de impor sua vontade sobre outros atores sociais" (Castells, 2007, p. 239); e, consequentemente, proteger a diversidade linguística é também proteger a qualidade da ciência e a diversidade, representatividade e prestígio das línguas em que é produzida. O multilinguismo, nomeadamente nas Ciências Sociais, deve ser encorajado, e Portugal, cuja língua é falada em vários continentes, tem assumido políticas neutras ou prejudiciais relativamente a este objectivo.

A TRANSPARÊNCIA DO DISCURSO NA CIÊNCIA

O discurso não compreende apenas simplesmente o que é dito, o seu conteúdo; o prestígio daquele que fala desempenha também um papel fundamental. O fenómeno é representado na divisão tradicional da retórica aristotélica, com sua distinção entre *logos*, argumento racional e discurso, e *ethos*, a autoridade do enunciador, uma característica que não é nem objetiva nem subjetiva, dependendo da validação local e intersubjetiva (ARISTÓTELES, 2005). No entanto, especialmente no caso da Ciência, esse *ethos* permanece na maioria das vezes obscurecido. Da sala de aula, ao laboratório, ao jornal académico, o discurso científico é cuidadosamente construído para eliminar (ocultar) o sujeito da enunciação, assente sobre metáforas físicas e objetivando o mundo e suas instâncias.

[3]. "...a dramatic linguistic shift" que poucos proderiam prever, nas palavras do autor (*idem, p. XII*).

Chamarei a esta linguagem de transparente, pois ela é construída com o objectivo de dar a ver, ocultando-se enquanto meio, e obscurecendo simultaneamente os aspectos de construção do objecto que dá a ver. Esse projeto de transparência, cujo principal dispositivo é o apagamento do enunciador, ocorre tanto nas ciências sociais como nas ciências naturais, e origina como subproduto a crença de que a língua em que a ciência se exprime é neutra, isto é, sem impacto na própria ciência ou nos seus sujeitos.

Filósofos como Gianni Vattimo e Byung-Chul Han trabalharam a questão da transparência, referenciada sobretudo à hipermediatização do mundo contemporâneo. Para Vattimo, a transparência é uma obsessão contemporânea induzida pela exposição mediática de tudo, a todos, o tempo todo, tão presente na atual ubiquidade dos media digitais móveis. A revelação obsessiva conduzida pelos meios de comunicação de massas destruiu a noção moderna de história unificada, dando visibilidade a múltiplas culturas e visões do mundo, um movimento conhecido como pós-modernismo. Para os herdeiros do projeto iluminista, esse era o papel das Ciências Sociais: criar uma "utopia de absoluta transparência" (VATTIMO, 1992, p. 24), esclarecendo e apresentando cientificamente o homem - simultaneamente sujeito e objeto - a si mesmo; e o papel das Ciências Exatas: perseguir os mistérios da natureza, completando o domínio do homem sobre o mundo natural através da tecnologia. Mas, em vez de estabelecer a perfeita autoconsciência do homem, a transparência da humanidade para si mesma, criou-se uma nova opacidade baseada no excesso de informação (VATTIMO, 1992, p. 64), enquanto a secularização e a fé na ciência florescem.

Duas décadas depois, Han (2013) empreende uma abordagem mais radical, privada de toda a esperança. A transparência não é mais o agente da pós-modernidade e uma força libertadora, mas o próprio tecido do capitalismo global contemporâneo, com sua vertigem de circulação, aceleração e exposição de bens tangíveis e intangíveis. A “pornografia” da exposição excessiva (transparência) culmina num Panopticon multidirecional digital, cujos sujeitos voluntariamente se entregam ao olhar de todos, acreditando que estão livres (HAN, 2013, p. 95). Para o conhecimento, a transparência de Han significa a abolição de toda transcendência: o crescimento da informação não aproxima as coisas. Pelo contrário, a informação é usada para preencher o vazio que a superexposição das coisas causa.

Para Vattimo como para Han, é paradoxal que o *ethos* público da ciência pareça reforçado (há ganhos de informação) pelo mesmo movimento que corrói os seus alicerces (esta informação extra obscurece em vez de revelar). Encontramos então transparência sempre que há um apagamento do meio, de modo a que as coisas aparentem revelar-se a elas próprias na sua pura natureza ontológica. Como destacam Vattimo e Han este é sempre um jogo de

aparências, não raro produzindo efeitos opostos àqueles que mostram ou dão a ver. No caso da ciência esse mecanismo opera pela naturalização do código: a linguagem neutra da ciência destinada a revelar e fazer ver estaria o mais distante possível de veículo de ideologias ou dispositivo de poder. E no entanto a ciência é uma construção do homem, fruto de uma atividade relacional sujeita a constrangimentos sociais que a transparência da sua linguagem tende a ocultar.

A CIÊNCIA COMO EMPREENDIMENTO SOCIAL

Em Epistemologia, várias avenidas desaguam na desconstrução da ideologia cientista da objetividade pura das ciências[4], mas entre as obras mais influentes com origem nas ciências sociais contam-se as do sociólogo Robert Merton (1973, 1996) e do físico e historiador Thomas Kuhn (1975, 2011), ambas chamando atenção para aspectos sociais e comunitários da ciência usualmente negligenciados. Merton mostrando o enraizamento social do *ethos* do cientista e as tensões com o meio envolvente, bem como a susceptibilidade do conhecimento às relações entre pares, nomeadamente a partir da teorização sobre o Efeito Mateus.[5] Kuhn através da revelação da historicidade da lógica da ciência e da importância de factores sociológicos como a formação dos cientistas, hierarquias, relações de poder, pressões económicas e políticas, e para o papel da comunidade científica, simultaneamente agente e obstáculo à mudança científica (GRADIM, 2014).

Em Economia, uma das Ciências Sociais mais matematizadas, Deirdre McCloskey dedicou décadas a estudar o uso da metáfora, mostrando como conceitos geralmente apresentados como objetivos são, na verdade, metafóricos e expressões do antropomorfismo de raízes profundas (MCCLOSKEY, 1991; 1995).

Nas Ciências Naturais, Bruno Latour reivindicou o caráter construído dos resultados que nos apresentam. Em *Vida de Laboratório: a construção de fatos científicos* (LATOUR e WOOLGAR, 1986) realiza uma análise etnográfica do trabalho científico, método que permite apreender o conhecimento tácito revelando o modo como as atividades diárias dos cientistas conduzem à construção de factos.

---

4. A erosão do programa iluminista da ciência (positivista e neo-positivista) desenrolou-se em várias frentes, nomeadamente com o trabalho de Godel em Lógica, e de Heisenberg na Física.

5. Metáfora com origem no Evangelho de São Mateus, o "Matthew effect" refere-se ao facto de as recompensas simbólicas e materiais tenderem a acumular-se para os indivíduos e organizações envolvidos na prática da ciência, resultando numa distribuição da produção de ciência, da disseminação e da citação que vai capitalizando vantagens cumulativas (Merton 1968, 1988). É este efeito que explica a lei do quadrado inverso de Lotka, segundo a qual 5 a 6% dos cientistas são responsáveis por 50% da literatura (LOTKA, 1926).

O trabalho de campo decorreu no laboratório de Roger Guillemin no Instituto Salk de Estudos Biológicos, em San Diego, Califórnia, durante dois anos. Os resultados propõem-se demonstrar que os laboratórios são "um sistema de construção de fatos" através de micro-processos agonísticos de negociação que ocorrem continuamente no laboratório. É por isso que os factos científicos só fazem sentido dentro de um contexto determinado e muito específico. Particularmente interessante para nosso argumento é o reconhecimento final de Latour de que o *ethos* desempenha um papel essencial nas redes científicas. "A solidez do argumento é sempre central na disputa. Mas o caráter construído dessa solidez significa que o agonista necessariamente desempenha um papel na decisão de qual argumento é o mais persuasivo. Nem a agonística nem a construção foram usadas em nosso argumento como uma maneira de minar a solidez dos fatos científicos "(*idem*, p. 238). Os cientistas explicam seu papel em termos de crédito, que possui todas as características da moeda, mas também significa credibilidade. Credibilidade é a moeda que liga os aspectos económicos, epistemológicos e psicológicos da carreira de um cientista. A credibilidade, através do reconhecimento pelos pares, é a principal força motriz das atividades científicas: a construção de um *ethos*, uma autoridade científica que torna argumentos e afirmações mais persuasivas, ajudando a criar ordem a partir da desordem.

Em Ciência em Ação - como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora, Latour (1987) examina a ciência e a tecnologia na sua prática, com o fim de entender a "ciência em formação", por meio de relatos e estudos de casos, da retórica da literatura científica à retórica do consenso negociado sobre a verdade gerada nos laboratórios.

Jamais fomos modernos (LATOUR, 2012) pretende dar um escopo mais amplo às investigações anteriores, defendendo que a modernidade como a conhecemos surgiu por separação: distinguindo as diversas esferas da experiência humana - política, economia, direito, religião, tecnologia, ficção - através de purificação e tradução. Para Latour estas são distinções intelectuais, mas não ontológicas, e de certa forma, apesar desta separação abstraída, as províncias da ação humana permanecem interconectadas. Tal é e continua a ser o caso da Ciência: não pode ser inteiramente separada da política, da ética, da economia ou religião. A separação de domínios, nomeadamente da ciência das outras províncias que constituíram a modernidade é uma distinção intelectual que abstrai de sua conexão ontológica, daí a afirmação: *jamais fomos modernos*. Note-se que Latour não é um relativista: defende uma clara distinção entre construtivismo e relativismo epistemológicos. Porém, a ciência não é o empreendimento puro e transparente que imaginamos: isso não passa de uma ficção, ainda que totalmente necessária à sua constituição e existência.

LINGUAGEM E PODER SIMBÓLICO

Tendo estabelecido que nem a Ciência nem a linguagem são tão objectivas ou transparentes quanto crê o senso comum, tematizaremos a questão da linguagem como um sistema de poder. Ninguém mais do que Foucault terá chamado a atenção para a omnipresença e aparente neutralidade das estruturas e relações de poder na sociedade, revelando as suas ligações com o conhecimento, a verdade e o discurso. *O Nascimento da Clínica*, *História da Sexualidade* e *Vigiar e Punir* oferecem diversas perspectivas sobre como a geração de conhecimento cria poder sobre o indivíduo. Tal poder está intimamente relacionado ao conhecimento e à produção discursiva da verdade. "Estamos sujeitos à produção da verdade através do poder e não podemos exercer o poder senão através da produção da verdade" (FOUCAULT, 1980, p. 91).

O regime discursivo da produção da verdade, de onde nasce o poder, estende-se para além dos limites do Estado. Estatuir o que conta como verdade é toda uma economia política, com o seu aparato de produção de verdade (discurso científico), de difusão (educação e media), produzida e transmitida sob o controle de instituições políticas e económicas: universidade, exército, discurso, media - e cuja ação é objeto de debate político e disputa ideológica (FOUCAULT, 2000, p. 131). Mais tarde, Foucault considerará seu trabalho como "a história dos diferentes modos pelos quais, na nossa cultura, os seres humanos se transformam em sujeitos" (FOUCAULT, 2000, p. 326) através do estudo de três modos que operam essa objetificação: a ciência, práticas de divisão heterónoma (maioritariamente políticas ou afins ao estado) e técnicas de auto-separação, pelas quais o indivíduo se transforma em sujeito.

Foucault é o primeiro a estabelecer a ligação entre discurso, conhecimento (produzido pelo discurso), e poder (a capacidade de exercer efeitos através do conhecimento e da racionalização discursiva). Essa abordagem encara o conhecimento, *maxime* o conhecimento científico, como sempre intrinsecamente entrelaçado nas relações de poder, pois esse conhecimento é aplicado à regulação da conduta social, ou seja, ao exercício do poder; enquanto o discurso, como produtor de verdade (*episteme*) e conhecimento, é modelado pelos efeitos do poder.

Bourdieu traz as questões de poder do tecido social para as estruturas sociais mais amplas. A sua análise da linguagem como capital simbólico comercializado num campo

linguístico evidencia as estruturas de poder subjacentes que os usos da linguagem acarretam. Campo (BOURDIEU, 2002) é descrito como um espaço interaccional simbólico relativamente homogéneo e autónomo. Os campos emergem por um processo de diferenciação em esferas de ação crescentemente especializadas, cultivando a sua autonomia simbólica e definindo-se contra estruturas similares através de um conjunto de trocas e lutas simbólicas. Os campos são regidos por regras tácitas que lhes conferem coerência, autonomia e limites contra forças externas e outros campos, gozando de uma homogeneidade que é tacitamente reconhecida pelos seus membros. Os campos são então espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem da sua posição relativa e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes. Os sujeitos envolvidos num campo trocam capital económico, cultural, social ou simbólico, definindo assim a estrutura do campo, que é um estado de relações de poder entre os seus agentes, envolvidos na luta por esse capital e pelo monopólio da autoridade (*idem*).

Analisando a linguagem através das ferramentas conceptuais da sua teoria, nomeadamente as noções de campo e capital simbólico, Bourdieu afasta-se explicitamente dos modelos saussurianos e chomskianos focados na competência e no desempenho linguístico, e chama a atenção para as estruturas sociais que regulam o discurso e seu uso através das metáforas de ***mercado linguístico*** e de ***habitus linguístico***, apresentando as instâncias de legitimação da linguagem, do que é aceitável ou não, como uma relação de poder objetiva (BOURDIEU, 1993). Atentar ao funcionamento da linguagem como *campo* e como *mercado* significa considerar não apenas o que é dito, mas também as condições que tornam o discurso possível, no sentido habermasiano, que envolve elementos da pragmática no nível micro e macro-sociológico. "Nunca aprendemos uma língua sem aprender ao mesmo tempo as suas condições de aceitabilidade (...) aprender uma língua significa aprender ao mesmo tempo que essa linguagem será proveitosa nessa ou naquela situação. (...) Assim, toda a situação de linguagem funciona como um mercado no qual algo é trocado" (BOURDIEU, 1993, p. 63).[6]

Toda a fala é socialmente regulada, implicando um discurso e um uso legítimo da linguagem, e legitimando instâncias desse uso normativo, das quais as mais proeminentes são as autoridades do campo: a academia e o sistema escolar (BOURDIEU, 1982). Para fazer

6. "We never learn language without learning *at the same time* the conditions of acceptability of this language. In other words, learning a language means learning at the same time that this language will be profitable in this or that situation (...)So every language situation functions as a market on which something is exchanged. These things are words, of course, but these words are not uttered solely to be understood; the relation of communication is never just a relation of communication, it is also an economic relation in which the speaker's value is at stake...".

funcionar a metáfora do mercado, Bourdieu substitui a noção de competência linguística por capital linguístico, uma espécie de capital simbólico que, juntamente com o capital económico, social e cultural, constitui o conjunto de bens com os quais os sujeitos se apresentam ao mercado, que é agonisticamente negociado. Assim, a competência linguística é um tipo de capital simbólico mobilizado nos vários campos dos quais o sujeito faz parte, indicando e determinando sua posição no campo, isto é, o poder que o sujeito detém. Todo discurso é, portanto, superdeterminado pelas relações linguísticas de poder, embora Bourdieu admita que a própria linguagem contém as estruturas auto-reflexivas suscetíveis de subverter esse estado de coisas (BOURDIEU, 1991).

Finalmente, de diferentes pontos de vista e perspetivas, George Lakoff (2004-2008) e Norman Fairclough (1995) descem para os regimes linguísticos concretos e para o próprio discurso, mostrando como as estruturas de poder habitam o próprio tecido de nossos sistemas de pensamento (LAKOFF) e expressão (FAIRCLOUGH).

POLÍTICAS DE LÍNGUA E PODER

A relação entre a linguagem e as condições políticas e materiais do capitalismo neoliberal global (RICENTO, 2000; JOSEPH, 2006; PHILLIPSON, 2009), o legado do colonialismo na hegemonia da língua inglesa (PENNYCOOK, 2000; 2002) e a dificuldade que os investigadores das periferias enfrentam para comunicar os seus resultados de pesquisa nos *fora* académicos globais (CANAGARAJAH, 2002; Englander e Uzuner-Smith, 2013) enquanto as indústrias de publicação académica reificam a hegemonia intelectual ocidental, em particular em veículos de expressão anglófona (GRADIM e MORAIS, 2016B; GRADIM e NAVAL, 2018) têm sido objecto de atenção crescente junto da comunidade académica.

O capitalismo científico, com as suas instituições de classificação, avaliação, e de policiamento linguístico (CURRY e LILLIS, 2004; 2010) estreitamente ligadas à indústria editorial, é um dispositivo orientado ao progresso científico e tecnológico que vem acentuando as desigualdades entre o centro e as periferias, padronizando tópicos e modalidades de publicação, e modelando os diversos campos científicos à sua imagem.

As políticas e as lutas linguísticas, presentes na indústria editorial académica e na comunicação de ciência entre pares, têm impacto na concepção e distribuição de recursos científicos e constituem um capital linguístico e simbólico precioso de que os seus detentores dificilmente abdicariam. O inglês é hoje a língua de publicação de 96% do conteúdo do Science Citation Index e 93% do Social Science Citation Index da Web of Science (GRADIM

e NAVAL, 2018). Se pensarmos, com Foucault, que produzir conhecimento é produzir poder, e com Bourdieu que às trocas no mercado linguístico subjazem relações estruturais de dominação simbólica e *de facto*, a questão da língua de comunicação e publicação de ciência ganha um outro impacto.

Trata-se, na verdade, de um problema global que se manifesta também em todos os países europeus não-anglófonos desde a fundação da União Europeia, sendo o multilinguismo uma aspiração e a política oficial da UE (GAZZOLA, 2006; ROMAINE, 2013) que desde a adesão do Reino Unido em 1973 está inscrita nos seus principais tratados (LISBOA, 2007; MAASTRICHT, 1992). Espera-se que com a possível ocorrência do Brexit - e considerando que o inglês pode deixar de ser uma das línguas oficiais – aumente a importância da política multilíngue (CARMICHAEL, 2016; GAZZOLA, 2016; SNEL, 2017; VÍTORES, 2017).

No entanto, o multilinguismo não é padrão na política científica da maioria dos países europeus, notadamente Portugal e Espanha, que estimulam e valorizam a publicação em veículos anglófonos, mesmo em áreas onde isso pode ser uma desvantagem devido ao enraizamento local da pesquisa, caso das Humanidades, Artes e Letras e Ciências Sociais. Assim estas línguas acabam por não refletir no palco global o impacto demográfico e económico dos países que nelas se expressam. Para contrariar esta tendência, no mundo Hispanoamericano o Brasil lançou a SciElo,[7] que em 2018 comemora o seu vigésimo aniversário; e mais recentemente Espanha lançou a REDIB, com o mesmo propósito.[8]

Sendo que multilinguismo tem fortes defensores (CUMMINS, 2000; FISHMAN, 2006; SHOHAMY, 2006), consideramos a sua importância em atividades de I&D destacando três aspectos inter-relacionados: a construção lexical, de pensamento e cultural, e a diversidade epistemológica (GRADIM E NAVAL, 2018).

Pesquisas feitas em outras línguas que não o inglês permitem a formação de um léxico técnico-científico em que essa língua se pode expressar. Com o tempo, um país que execute toda a sua investigação numa língua externa perderá o léxico próprio da expressão da ciência. Uma involução deste tipo impede que a linguagem preencha alguns de seus domínios funcionais, afetando negativamente o *status* dessa lingua (FEYTOR PINTO, 2010). Por outro lado, uma língua de cultura e de pensamento será necessariamente também uma língua de conhecimento, diz Moisés Martins (2012, 2014), no sentido de que pensamento, cultura e civilização não podem prosperar numa língua estrangeira. Quando uma linguagem deixa de ser um veículo do conhecimento, a colonização e a assimilação são postas em movimento.

7. Scientific Electronic Library Online: www.scielo.org
8. Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico: www.redib.org

Finalmente, argumentamos que a globalização tecnológica e o monolinguismo restringem a diversidade cultural e epistemológica, estabelecendo uma topologia orientada das periferias para o centro, na qual, como mostram Bourdieu e Foucault, o poder desempenha um papel importante.

Todos esses processos - construção lexical, cultural e epistemológica – dependem da utilização da língua e estão inter-relacionados. Na presente configuração do sistema científico e tecnológico das indústrias da ciência estes desequilíbrios de poder são acentuado para os cientistas que se expressam em línguas não nativas (FLOWERDEW, 2000; ANDERSON, 2013; SERRA, 2013), para quem o atual sistema de publicação e avaliação é um dispositivo que impulsiona o domínio, tanto material como simbólico, da língua inglesa.

CONCLUSÃO

Apesar de todos os progressos e avanços que a ciência moderna nos trouxe desde o século XVII, esta não é algo de naturalmente dado, mas o resultado de um *ethos* de construção e objetivação (LATOUR) pelo qual o conhecimento e o discurso se tornam agentes de poder (FOUCAULT) e a língua o seu veículo, expressando relações estruturais de dominação simbólica (BOURDIEU).

O atual aparato científico e tecnológico, que inclui a academia e a indústria de publicação académica é também um dispositivo de poder no qual a influência de uma língua sobre as outras, por mais que dela necessitemos como veículo de comunicação global, serve e perpetua as desigualdades dentro desse sistema.

De há muito que em Portugal não existe uma política para o português como língua de ciência. Pelo contrário, a publicação em idiomas além do inglês é ativamente desencorajada, a favor da publicação "internacional", concebida em veículos indexados de língua inglesa (GRADIM e MORAIS, 2016b). O vigor do Português deve ser valorizado pelos seus falantes nativos e, certamente, também considerado um trunfo da UE na medida em que é um elemento valioso do capital linguístico, entendido como "poder sobre a formação de preços linguísticos" e o poder de fazer essas leis "operar para vantagem própria" extraindo valor (BOURDIEU, 1993). Todos os sistemas institucionais são um produto de relações de poder, negociados por um processo histórico de dominação e contra-dominação. A presença de outras línguas no campo da pesquisa e Comunicação de Ciência pode ser entendida como o que Castells (2007) chamou de processo de formação de um contra-poder, significando "a

capacidade dos atores sociais de desafiar e eventualmente mudar as relações de poder institucionalizadas na sociedade" (p. 248).

Considerando a importância de um idioma para a construção lexical, do pensamento, e para a diversidade epistemológica, são injustificáveis políticas científicas que assistam à erosão pacífica do capital linguístico próprio.

O inglês como língua franca constitui uma linguagem veicular indispensável para a comunicação científica, mas para aqueles nas periferias as suas deficiências e inadequações devem ser pensadas, assumidas e remediadas. Políticas científicas e políticas de Comunicação de Ciência que protejam a diversidade linguística são possíveis e estão em vigor há alguns anos, principalmente nos países do norte da Europa (HILMARSSON-DUNN, 2006; SIVERTSEN, 2010; COSTA, 2015). Idiomas supranacionais como o Português e o Espanhol têm potencial para um bom desempenho nos mercados comunicativos, culturais, artísticos e científicos do mundo, e os responsáveis por políticas locais devem fazer o possível para preservar o seu *status* de línguas supranacionais, começando pela reflexão sobre as estruturas sócio-linguísticas que subjazem à produção e comunicação de ciência, um objectivo para o qual este trabalho é um contributo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, L. Publishing strategies of young, highly mobile academics: the question of language in the European context. **Language Policy,** v. 12, n. 3, p. 273-288, 2013. ISSN 1568-4555.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2005. ISBN 972-27-1377-9.

BORDONS, M.; GÓMEZ, I. Towards a single language in science? A Spanish view. **Serials,** v. 17, n. 2, p. 189-195, 2004. ISSN 0953-0460.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire. L'economie des échanges inguistiques**. Paris: Fayard, 1982. ISBN 978-2-213-63944-4.

_____. **Language and symbolic power**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1991. ix, 302 p. ISBN 0674510402 (alk. paper).

_____. **Sociology in Question**. London: Sage, 1993. ISBN 0-8039-8337-9.

CANAGARAJAH, S. Reconstructing local knowledge. **Journal of Language, Identity and Education,** v. 1, n. 4, p. 243-259, 2002. ISSN 1534-8458.

CARMICHAEL, M. **Could English be ousted as an EU official language?** Euronews. Lyon, France: Euronews 2016.

CASTELLS, M. Communication, power and counter-power in the network society. **International Journal of Communication,** v. 1, n. 1, p. 29, 2007.

CASTRO, I. D. **Português, Língua de Ciência**. A internacionalização da língua portuguesa. Lisboa: Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses 2009.

COSTA, J. Produção científica nas ciências sociais e humanidades: problemas e alternativas. In: GRADIM, A. e MOURA, C. (Ed.). **Comunicar e Avaliar Ciência**. Covilhã: LabcomBooks, 2015, p.47-57.

CRYSTAL, D. **English as a global language**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CUMMINS, J. **Language, power, and pedagogy:** bilingual children in the crossfire. Clevedon England ; Buffalo N.Y.: Multilingual Matters, 2000. viii, 309 p.

CURRY, M. J.; LILLIS, T. Multilingual scholars and the imperative to publish in English: Negotiating interests, demands, and rewards. **TESOL quarterly,** v. 38, n. 4, p. 663-688, 2004.

_____. Academic research networks: Accessing resources for English-medium publishing. **English for Specific Purposes,** v. 29, n. 4, p. 281-295, 2010. ISSN 0889-4906.

DE PINA CABRAL, J. Língua e hegemonia nas ciências sociais. **Análise social,** v. v. XLII, n. n. 182, 2007. Disponível em:

< http://www.jstor.org/stable/41012466?seq=1 - page_scan_tab_contents >.

DE SWAAN, A. The emergent world language system: An introduction. **International Political Science Review,** v. 14, n. 3, p. 219-226, 1993.

ENGLANDER, K.; UZUNER-SMITH, S. The role of policy in constructing the peripheral scientist in the era of globalization. **Language Policy,** v. 12, n. 3, p. 231-250, 2013.

FEYTOR PINTO, P. **O Essencial sobre Política da Língua**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010.

FISHMAN, J. A. **Do not leave your language alone**: the hidden status agendas within corpus planning in language policy. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum Publishers, 2006. ix, p. 158.

FLOWERDEW, J. Discourse Community, Legitimate Peripheral Participation, and the Nonnative-English-Speaking Scholar. **TESOL quarterly,** v. 34, n. 1, p. 127-150, 2000.

GARFIELD, E. English – An International language for science. **The Information Scientist, Dec,** v. 76, p. 19-20, 1967.

GAZZOLA, M. Managing Multilingualism in the European Union: Language Policy Evaluation for the European Parliament. **Language Policy,** v. 5, p. 393-417, 2006.

_____. Multilingual communication for whom? Language policy and fairness in the European Union. **European Union Politics,** v. 17, n. 4, p. 546-569.

GRADIM, A. A Estrutura das Revoluções Científicas e o pragmatismo científico de Thomas Kuhn In: GRADIM, A. (Ed.). **A Construção da Ciência:** da Lógica da Investigação à Medição do Impacto. Covilhã: Labcom Books, 2014. cap. 2.

GRADIM, A.; MORAIS, R. **Anões aos ombros de gigantes:** desafios contemporâneos na comunicação de ciência. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 2016a.

_____. Tendências atuais na publicação científica: o português como língua de ciência. **Observatorio (OBS*),** v. 10, n. 3, 2016b.

GRADIM, A.; NAVAL, V. P. Policies for Portuguese and Spanish: the world's second publication languages in Web of Science. **[no prelo]**, 2018.

HAMEL, R. E. El español como lengua de las ciencias frente a la globalización del inglés. Congreso Internacional sobre Lenguas Neolatinas en la Comunicación Especializada, 2005, Unión Latina. p.87-112.

_____. The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. **AILA Review,** v. 20, n. 1, p. 53-71, 2007.

HAN, B.-C. **La sociedad de la transparencia**. Barcelona: Herder, 2013.

HILMARSSON-DUNN, A. M. Protectionist Language Policies in the face of the forces of English. The case of Iceland. **Language Policy,** v. 5, n. 3, p. 295-314, 2006.

JOSEPH, J. E. **Language and Politics**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. Perspectiva São Paulo, 1975.

_____. **O Percurso desde A Estrutura - Ensaios filosóficos (1970-1993) e entrevista autobiográfica**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2011.

LATOUR, B. **We have never been modern**. Harvard University Press, 2012.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory life:** The construction of scientific facts. Princeton University Press, 1986.

LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington academy of sciences,** v. 16, n. 12, p. 317-323, 1926.

MARTINS, M. L. Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,** v. 35, n. 1, 2012.

_____. Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In: BASTOS, N. (Ed.). **Língua Portuguesa e Lusofonia** São Paulo: EDUC – IP-PUC, 2014. p.15-33.

MCCLOSKEY, D. Mere Style in Economics Journals – 1920 to the present. **Economic Notes, Monte dei Paschi di Siena,** v. 20, n. 1, 1991.

_____. Metaphors Economists Live By. **Social Research,** v. 62, n. 2, 1995.

MENEGHINI, R.; PACKER, A. L. Is there science beyond English? **EMBO reports,** v. 8, n. 2, p. 112-116, 2007.

MERTON, R. K. **The sociology of science:** Theoretical and empirical investigations. University of Chicago Press, 1973.

_____. **On social structure and science**. University of Chicago Press, 1996.

ORTIZ, R. As ciências sociais e o inglês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 19, n. 54, p. 5-23, 2004.

OSTLER, N. **The last lingua franca:** English until the return of Babel. Bloomsbury Publishing USA, 2010.

PENNYCOOK, A. English, Politics, Ideology: From Colonial Celebration to Postcolonial Performativity. In: RICENTO, T. (Ed.). **Ideology, Politics and Language Policies:** Focus on English: John Benjamins Publishing Company, 2000.

_____. **English and the discourses of colonialism**. Routledge, 2002.

PHILLIPSON, R. **Linguistic imperialism continued**. New York, NY: Routledge, 2009.

RICENTO, T. Ideology, Politics and Language Policies. In: RICENTO, T. (Ed.). **Ideology, Politics and Language Policies:** Focus on English: John Benjamins Publishing Company, 2000.

ROMAINE, S. Politics and policies of promoting multilingualism in the European Union. **Language Policy,** v. 12, n. 2, p. 115-137, May 2013. Disponível em: < <Go to ISI>://WOS:000320381300001 >.

SERRA, P. Digitization and open access on publication in Communication Sciences: the Portuguese case. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,** v. 36, n. 2, p. 91-104, 2013.

SHOHAMY, E. **Language Policy - Hidden agendas and new approaches**. New York: Routledge, 2006.

SIVERTSEN, G. A performance indicator based on complete data for the scientific publication output at research institutions. **ISSI newsletter,** v. 6, n. 1, p. 22-28, 2010.

SNEL, I. **Using English in the EU after Brexit:** "If we don't have the UK, we don't have English". Eurocultur<u>e</u>r: Erasmus Mundus Association 2017.

VAN WEIJEN, D. The language of (future) scientific communication. **Research Trends,** v. 31, p. 7-9, 2012.

VATTIMO, G. **A Sociedade Transparente**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

VÍTORES, D. F. Does Brexit spell the end for English as the lingua franca of the EU? **LSE European Politics and Policy (EUROPP) Blog**, 2017.